



CONTRATO Nº 001/2022

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Mutum nº 920 N, Bairro Centro, Nova Mutum – MT, inscrita no CNPJ nº 24.976.961/0001-02, neste ato representada, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Presidente, Sr. **ALTAIR MARCOS DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 796.574.511-91 e portador do RG sob o nº 1025891-4 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua das Bromélias, nº 1416W, Residencial dos Ipês, neste Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Andrômeda, nº 885, Sala 3522, BCO, Bairro Green Valley Alphaville, no Município de Barueri, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ – 19.207.352/0001-40, neste ato representada pela Sra. **LARA TONETTO BARBOSA**, portadora do RG – 2.125.630 SPTC-ES e CPF: 136.499.897-19, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato decorrente da PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2021, que reger-se-á pelas normas da Lei Federal n. 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP, CONTEMPLANDO CARGA E RECARGA DE VALOR DE FACE, VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, EM ÂMBITO NACIONAL, PARA ATENDER A AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**”, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente termo terá vigência por 12 (doze) meses, com início na data de 25/01/2022 e encerramento em 25/01/2023.

2.2. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 82.320,00 (oitenta e dois mil trezentos e vinte reais)**, incluindo todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato, obtido através da aplicação de (-2%) de taxa negativa de administração, sob o valor do global ofertado.



LOTE I – VALE-ALIMENTAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE MÁXIMA DE SERVIDORES	VALOR MENSAL POR BENEFICIÁRIO	VALOR ESTIMADO DE CRÉDITO MENSAL	VALOR ESTIMADO DE CRÉDITO ANUAL
1	35	R\$ 200,00	R\$ 6.860,00	R\$ 82.320,00
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO			R\$ 82.320,00	
Percentual de taxa de administração (%)			-2,00%	
Valor Global máximo admitido com desconto de taxa			R\$ 82.320,00	

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima mencionado poderá aumentar ou diminuir em virtude das possíveis alterações, dentre elas, admissão ou demissão de servidores usuários do benefício vale-alimentação.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto a ser contratado correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município para o exercício de 2022/2023, na dotação a seguir discriminada:

01.001.01.031.0001.1102-339039.00.00.00–Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência, anexo I do Edital.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇO

6.1. Poderão ocorrer variações para mais ou para menos nas quantidades previstas para os serviços, visando economia, ou solução técnica recomendável, ficando mantidos os preços unitários quaisquer que sejam estas variações em cada item, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, atualizado consoante prevê o Art. 65, Lei Federal n. 8.666/93.

6.2. O Acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato será efetuado, mediante Ordem de Serviço especificada em aditamento contratual.

6.3. Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.



7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO

7.1. Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser observado o estabelecido nos Arts. 58 e 65, da Lei Federal n. 8.666/1993.

7.2. Para caracterização do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser observado à legislação tributária de qualquer esfera de governo que venha onerar o contratado decorrente da majoração de alíquota de impostos a ser criada pelos entes federativos durante a vigência do contrato que provoque aumento da despesa do contratado.

7.3. A taxa de administração é fixa e irrevogável.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização do objeto será efetuada por Comissão/Fiscal designado pela CONTRATANTE, através de ato administrativo.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. As condições de execução do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, sem interpelação extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

11.1.1. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos.

11.1.2. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos.

11.1.3. O atraso injustificado no início dos serviços.

11.1.4. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

11.1.5. Houver subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e a expressa anuência da CONTRATANTE.

11.1.6. O desatendimento às determinações regulares da Secretaria Responsável.

11.1.7. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato.



11.1.8. A decretação de falência da CONTRATANTE, ou a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade.

11.1.9. A Alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

11.2. Os casos de rescisão previstos nos itens 11.1.1 a 11.1.9. Desta Cláusula, acarretarão as consequências previstas no Artigo 80, da Lei Federal n.8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

11.3. Havendo a rescisão do contrato sem que a CONTRATADA tenha dado causa, terá esta o direito de ser ressarcida dos prejuízos que este ato lhe causar.

11.3.1. Quando o CONTRATANTE, mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 150 (cento e cinquenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

11.4. O presente contrato poderá ainda, ser rescindida, por mútuo acordo, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante documento expresso e fundamentado. Desta, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória.

11.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de, no caso do não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo à segunda colocada no processo licitatório, sem que a CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

11.6. É direito da administração, no caso de rescisão, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei Federal n. 8.666/93.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Nova Mutum, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

b) **MULTA POR ATRASO** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinquenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) **MULTA POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL (COMPENSATÓRIA)** – multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados a administração;



d) **SUSPENSÃO** – temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** – para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias a partir do indicado para a entrega na requisição.

12.3. A sanção prevista na alínea “b” e “c” do subitem 12.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

12.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial de Contas, conforme o prazo previsto no Art. 61 Parágrafo Único da Lei nº 8.666, de 1993.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à **CONTRATADA**:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Elege-se o Foro da Comarca de Nova Mutum – MT, para dirimir todas as questões inerentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas combinadas e contratadas, assinam este instrumento as partes, por seus representantes.

Nova Mutum/MT, 25 de Janeiro 2022.



Câmara Municipal de Nova Mutum

CNPJ 24.976.961/0001-02

Altair Marcos de Albuquerque

CPF 796.574.511-91

Presidente

LE CARD Administradora de Cartões LTDA

CNPJ 19.207.352/0001-40

Lara Tonetto Barbosa

CPF 136.499.897-19

Contratada

Fiscal de Contrato:

Elaine Cristiane Provim Piazza

CPF: 014.783.791.03

Testemunhas:

1 - Nome:

RG nº

2010563-8

2 - Nome:

RG nº

George Munillo da Silva
george munillo da
145/463-C